

2
3 **Ata da 92ª Plenária do Conselho Municipal de**
4 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**

5
6 Aos doze dias de abril de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua
7 Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 92ª Plenária Ordinária do Conselho
8 Municipal de Assistência Social – CMAS/BH. A presidente do Conselho, Léa Lúcia Cecílio
9 Braga iniciou a reunião fazendo a leitura das justificativas de ausências e apresentou os
10 pontos de pauta: 1) Apresentação da Proposta de Trabalho da Coordenadoria Municipal de
11 Assuntos para a Comunidade Negra – COMACON; 2) Apreciação de Comunicado enviado
12 pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS ao CMAS/BH referente a
13 ampliação de 100 (cem) per capitas para entidades de Belo Horizonte; 3) Apresentação,
14 discussão e avaliação de Mensagem de abertura do processo de escolha de nova
15 entidades para convênio com a SMAAS; 4) Apresentação, discussão e avaliação do
16 Demonstrativo Sintético de Prestação de Contas/Governo Federal; 5) Apresentação da
17 proposta elaborada na Comissão Ampliada de Financiamento, sobre o Seminário: Emendas
18 Parlamentares; 6) Discussão e Avaliação da renovação de inscrição de entidade de
19 educação no CMAS/BH. Em seguida, foi feita a leitura da Ata da 91ª Plenária. Discutida as
20 modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a ata, a
21 mesma foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Logo após, a conselheira
22 Kátia Rochael Rodrigues informou que em função do afastamento da conselheira Maria
23 José Alves Machado da Coordenação da Comissão de Normas e em virtude da vice-
24 coordenadora, a Conselheira Maria Aparecida Pereira Penido não poder assumir a
25 coordenação, foi eleita nova coordenação, que passou a ser a Conselheira Maria do Carmo
26 Villamarin. Kátia informou também que em relação ao estudo para revisão do Regimento
27 Interno do CMAS/BH, a Comissão de Normas concluiu que em relação ao quorum o
28 Regimento é muito claro, dizendo que deliberará pela maioria dos votos e citou os artigos
29 15, 16 e 18 do Regimento, e que portanto, neste aspecto não necessita de alteração.
30 Finalizou dizendo que a partir desta plenária a verificação de quorum será monitorada
31 constantemente durante a plenária. A presidente Léa Lúcia passou então para discussão do
32 1º ponto de pauta dizendo que esta apresentação foi preparada e apresentada por um
33 representante da COMACON na última reunião da Mesa Diretora. Em seguida, chamou
34 Maria das Graças Rodrigues, da Coordenadoria Municipal de Assuntos para Comunidade
35 Negra – COMACON. Maria das Graças apresentou a história da população Negra no Brasil,
36 falando da sua origem desde a escravidão. Ressaltou a importância do Movimento Negro
37 organizado na defesa de direitos, no sentido de pautar e acompanhar a temática da
38 igualdade racial na agenda política do Estado brasileiro. Graça informou que de acordo com
39 dados estatísticos, 53% da população negra é de BH. informou também que no município a
40 COMACON está vinculada a Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Direitos de
41 Cidadania. Falou que a COMACON vem trabalhando no sentido de procurar articular
42 políticas de promoção da igualdade racial em todos os órgãos, visando conhecer quem é a
43 população negra que reside em BH. Colocou também que um dos papéis da Coordenadoria
44 é ajudar na elaboração e propor as políticas para a promoção da igualdade racial, bem
45 como, trabalhar para a promoção de ações afirmativas. Graça apresentou alguns dos
46 programas e projetos coordenados pela COMACON, tais como: O atendimento a grupos de
47 economia solidária (Feira da Cidadania); a Escola Profissionalizante na Pedreira Prado
48 Lopes para a Comunidade; O Núcleo de Informação e Documentação – NID; as oficinas de

49 promoção da igualdade racial e os fóruns regionalizados. Ela informou que o Governo
50 Federal criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –
51 SEPPIR com status de ministério, que tem como objetivo central da Política Nacional da
52 Igualdade Racial reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população
53 negra. Ressaltou que a SEPPIR tornou-se responsável por combinar e articular proposições
54 políticas, instrumentos legais e ações concretas visando a inclusão social de todos aqueles
55 que por discriminação racial foram alijados de seus direitos de cidadania. Graça disse que é
56 nesse sentido, que buscam trabalhar pela articulação e efetivação de políticas sociais,
57 como por exemplo, na Assistência Social que tem no seu público atendido grande parte da
58 população negra, residindo em vilas e favelas. Enfatizou a articulação com as outras
59 políticas sociais como a Saúde para que seja garantido serviços para tratar a anemia
60 falciforme, que é específica da população negra, bem como, que fosse garantido na
61 Educação como disciplina de ensino fundamental a história da África (Lei 10.639). Graça
62 finalizou sua apresentação dizendo ser o Conselho um importante parceiro para se
63 trabalhar as questões da população negra dentro da Assistência Social e que enviaria ao
64 Conselho as deliberações para a Assistência Social da I Conferência Nacional e Municipal
65 de Promoção da Igualdade Racial. Propôs ao Conselho participar de um Seminário que
66 será elaborado pela COMACON, onde será discutido com outros Conselhos Municipais
67 através de uma discussão integrada a Política de Promoção da Igualdade Racial.
68 Terminada a apresentação foram feitos alguns comentários pela plenária. O conselheiro
69 Hélio Emiliano Moreira, Coordenador da Comissão de Promoção da Igualdade Racial,
70 parabenizou a COMACON e disse que a Política Nacional de Promoção da Igualdade
71 Racial implementada pelo governo federal foi um avanço e fez um convite aos conselheiros
72 para compor e participar desta Comissão. Em seguida, a presidente Léa Lúcia solicitou a
73 participação dos membros na Comissão e encaminhou que fosse marcada reunião da
74 mesma para discutir e apresentar em outro momento sua proposta de trabalho. Finalizou
75 solicitando a COMACON que encaminhe oficialmente ao Conselho as deliberações das
76 Conferências de Promoção da Igualdade Racial em relação a Política de Assistência Social.
77 O segundo ponto de pauta foi apresentado pelo técnico Paulo Henrique Soares da Gerência
78 de Proteção Social Básica da SMAAS. Foi feita a apresentação da Mensagem n.º 001/2006
79 sobre escolha de novas entidades para o atendimento em regime sócio-educativo/meio
80 aberto – programa para jovens, prioritariamente aos adolescentes na faixa etária de 15 a 17
81 anos. Paulo fez a leitura da mensagem e informou que os novos serviços serão
82 desenvolvidos nas área de abrangência de 08 NAF's já existentes e nas áreas dos 02
83 novos NAF's, Pedreira Prado Lopes e Paulo VI. O investimento total/anual será de
84 R\$302,478,00 sendo R\$274.999,56 originados do FNAS e R\$27.478,44 originados do ROT
85 – Município de Belo Horizonte. O investimento total refere-se a 11 núcleos de jovens, sendo
86 que cada núcleo atende a 25 jovens. Os serviços terão a seguinte distribuição por regional:
87 Centro-sul (01 núcleo – 25 jovens); Leste (01 núcleo – 25 jovens); Nordeste (03 núcleos –
88 75 jovens); Noroeste (02 núcleos – 50 jovens); Norte (01 núcleo – 25 jovens); Oeste (01
89 núcleo – 25 jovens); Pampulha (01 núcleo – 25 jovens); Venda Nova (01 núcleo – 25
90 jovens). Terminada a apresentação foram solicitados alguns esclarecimentos pela plenária.
91 A conselheira Ana Luisa Gonçalves Prado perguntou qual foi o critério utilizado para a
92 expansão dos **Núcleos nas áreas de Abrangência dos NAF's**. A conselheira Darci Maria
93 de Souza Vilaça explicou que o Município recebeu 20 núcleos **do Agente Jovem** para
94 expansão este ano, distribuído conforme detalhado na mensagem. Informou que a única
95 região que ficará de fora do chamamento **público** é o Barreiro que demonstrou interesse
96 em assumir o serviço através da Ação Social Técnica no território do BH Cidadania, por isso
97 não será necessário o chamamento **público** para esta região, será feito aditivo. Informou
98 que as **entidades das** outras 8 regiões não quiseram ampliar **os seus convênios do**

99 Agente Jovem no território do BH Cidadania. A conselheira Marluce Kfuri de Castro Bicalho
100 perguntou como está sendo pensado a acessibilidade para a pessoa com deficiência nestes
101 locais. Darci informou que em relação a acessibilidade esta discussão está sendo feita com
102 as regionais e que a Secretaria tem esta preocupação com relação a implantação dos
103 NAF's. A presidente Léa Lúcia colocou em votação a mensagem n.º 001/06, sendo
104 aprovada com 23 votos. O 3º ponto de pauta foi referente a Apreciação do Comunicado
105 enviado pela SMAAS ao CMAS/BH. Darci Vilaça fez apresentação do Comunicado **de**
106 **alteração de metas do Programa de Socialização Infante-Juvenil**. Darci informou que o
107 comunicado é referente a ampliação de 100 (cem) per capita no valor de R\$30,00 cada,
108 recurso oriundo do ROT, para as entidades Projeto Providência – Unidade Taquaril (50 per
109 capita); Associação Querubins (30 per capita) e Instituto Beneficente Martim Lutero (20
110 per capita), para executar o atendimento em regime sócio-educativo/meio aberto,
111 Programa de Socialização Infante Juvenil, prioritariamente aos adolescentes na faixa etária
112 de 11 a 14 anos. Apresentou como justificativa para tal procedimento a necessidade de
113 ampliação de cobertura nas regionais Centro-Sul e Leste, visto que nestas foram
114 encontrados o maior número de adolescentes ainda não inscritos em programas sociais.
115 Logo após, Léa Lúcia colocou em votação, sendo referendado o comunicado com 26 votos.
116 O 4º ponto de pauta foi referente a apresentação, discussão e avaliação do Demonstrativo
117 Sintético Anual de Execução Físico – Financeira de Prestação de Contas do exercício de
118 2005 dos recursos do Governo Federal apresentado pela SMAAS. Léa Lúcia passou a
119 apresentação deste ponto para Ana Paula Simões Hilário, representante da SMAAS. Na
120 oportunidade, Ana Paula explicou ao plenário que a prestação de contas de 2005 dos
121 recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS foi feita na nova lógica do
122 financiamento pago por pisos, para serviços com nível de proteção. Ressaltou que o atual
123 financiamento dentro do SUAS é baseado em pisos de proteção social, visando ao
124 atendimento das necessidades de cada município. Explicou que isso possibilita dentro de
125 cada piso de proteção a reprogramação de saldo de recursos de até 20%, desde que
126 autorizado pelo Conselho. Ana Paula falou da constante necessidade de acompanhamento
127 de portarias do MDS (n.º 459/05) e instrução normativa (n.º01 – 07/03/06) que normatizam
128 a Prestação de Contas do Demonstrativo Sintético Anual. Falou que a nomenclatura atual é
129 denominada por pisos de financiamento, e que a cada programa anterior existe uma
130 correlação de serviços por pisos. Informou ainda, que em relação a prestação de contas ela
131 vem na forma de pisos, que é um Demonstrativo Sintético que tem um ganho em termos de
132 execução financeira e em transparência da utilização do recurso público, pois através da
133 planilha do Demonstrativo verifica-se quanto do recurso foi utilizado, quanto do recurso é
134 saldo e quanto pode vir a ser reprogramado. Ana Paula informou que na Prestação de
135 Contas todos os recursos que se constituírem em saldo até 15 de dezembro de cada ano,
136 podem ser reprogramados em 20% para ser executado dentro do mesmo nível de proteção.
137 Ressaltou que o Demonstrativo Sintético é todo demonstrado através de fórmulas, e
138 permite que o saldo de recurso existente em conta até dia 15/12, o município tem a abertura
139 de reprogramar até 20% para utilização. Ela informou que o prazo para validação do
140 Demonstrativo Sintético Anual e envio para o MDS após aprovação do Conselho será até
141 dia 13/04/06. Na oportunidade, Ana Paula destacou que são 2 momentos distintos de
142 aprovação do Conselho referente ao Demonstrativo Sintético. Sendo que neste primeiro
143 momento, o Conselho fará a discussão da possibilidade de aprovação dos 20% de
144 reprogramação e no segundo momento serão enviados ao Conselho, em quais ações
145 específicas o recurso reprogramado vai ser utilizado com base na regulamentação do
146 governo federal. Acrescentou ainda, que existe uma condicionante na portaria de prestação
147 de contas que se o valor reprogramado for superior aos 20% dos valores repassados pela
148 União durante o ano de 2005, cabe ao município reprogramar somente 20% dos recursos.

149 O MDS não trabalha mais com devolução de recursos, mas com abatimento de recursos
150 em até 8 vezes (a partir de maio) a ser recebido pelo município. Ana Paula finalizou sua
151 exposição passando a apresentação do balanço total de todos os cálculos que foram feitos
152 a partir da portaria para a outra representante da SMAAS. Em seguida, Maria Aparecida
153 Monteiro Oliveira fez a apresentação da planilha de cálculo da reprogramação dos pisos,
154 dizendo ser a planilha complexa, pois baseia-se em fórmulas utilizadas dentro dos pisos de
155 proteção. Maria Aparecida disse que em relação a execução financeira foi executado quase
156 que totalmente os valores repassados pelo governo federal. Informou que esta prestação de
157 contas é uma complementação da anterior que ela já havia apresentado antes ao Conselho
158 na última plenária. Maria Aparecida falou que a base de dados é de 2005 e apresentou os
159 valores por pisos de Proteção Básica e Especial que podem ser reprogramados, sendo
160 apresentados na planilha os seguintes valores: Total da Proteção Básica – saldo do piso de
161 R\$177.864,47; Total da Proteção Especial – saldo do piso de R\$194.843,27 e uma
162 diferença a ser deduzida de R\$349.307,47. Maria Aparecida concluiu sua apresentação
163 dizendo que toda vez que não é executado os serviços as parcelas são deduzidas durante
164 o ano e finalizou dizendo que no geral os serviços foram executados na grande maioria.
165 Terminada a apresentação foram solicitados alguns esclarecimentos pela plenária. O
166 conselheiro Mário Delavy perguntou sobre o porquê dos motivos que geraram saldo a
167 deduzir nas parcelas a receber. A representante da SMAAS, Ana Paula informou que na
168 avaliação geral da Secretaria os serviços foram executados na sua grande maioria e pediu
169 para que as equipes técnicas presentes pudessem dar mais esclarecimentos que fossem
170 específicos de cada serviço. Eliane Quaresma da Gerência de Proteção Especial da
171 Secretaria informou que um dos motivos que gerou a dedução dentro do Sentinela foi a
172 demora na organização / implantação do programa e que no PETI está relacionado à
173 migração de famílias do mesmo para o Bolsa Família. O conselheiro Márcio Almeida Dutra,
174 Coordenador da Comissão de Financiamento informou que na reunião da Comissão no dia
175 04/04/06 foi solicitado a Secretaria o porquê dos saldos terem sido gerados. Acrescentou
176 ainda, como exemplo o PETI jornada (dado contido na planilha) que teve um valor
177 repassado pelo FNAS de R\$106.910,00 e que no entanto foram pagos R\$14.760,00. Disse
178 que se for feita uma avaliação o que será constatado foi que o valor pago foi muito pouco.
179 Márcio concluiu pedindo esclarecimento sobre o motivo de se ter sido gerado o saldo. A
180 representante da Secretaria, Darci Vilaça falou que no ano passado uma das justificativas
181 foi que foram feitas algumas tentativas com as entidades que não quiseram assumir os
182 serviços no eixo do BH Cidadania. Exemplificou com a região Nordeste que demorou no
183 aluguel do local e explicou que o recurso não vem para aluguel, por isso não conseguiram
184 executar o serviço. Maria Aparecida complementou a justificativa dizendo que houve um
185 saldo de rendimentos que foi gerado, pois alguns pagamentos ficaram pendentes por atraso
186 de prestação de contas de algumas entidades. A conselheira Nelly Costa Bittencourt
187 questionou a representante da SMAAS sobre o fato do rendimento do fundo não ser
188 distribuído as entidades. Exemplificou usando a demora do recurso para as clínicas de
189 atendimento a pessoa com deficiência. Maria Aparecida justificou que houve um problema
190 técnico em relação a chegada do recurso e que existe procedimentos legais a ser
191 cumpridos antes do recurso ser depositado. Logo após, Léa Lúcia encaminhou a votação
192 sendo aprovado os 20% de reprogramação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução
193 Físico-Financeira referente a Prestação de Contas de 2005 dos recursos do FNAS, com 22
194 votos e 1 abstenção. O quinto ponto de pauta foi a apresentação da proposta elaborada na
195 Comissão de Financiamento sobre o Seminário de Emendas Parlamentares. O conselheiro
196 Márcio Dutra, Coordenador da Comissão de Financiamento apresentou este ponto de pauta
197 dizendo que na reunião ampliada com os representantes das Comissões de Trabalho
198 (realizada dia 04/04/06) ficou decidido que a data para realização do Seminário será o dia

199 03/05/06 no período da tarde (horário 13:00 às 18:30 horas) e que o local estava sendo
200 definido. Márcio fez a leitura das propostas para compor a programação apresentadas na
201 reunião pelos coordenadores de comissão. Informou que a comissão de Normas (através
202 da conselheira Edna Lúcia), sugeriu que tivesse um representante do MDS, um do
203 Legislativo (André Quintão), um de Universidade (Ivanete Boschetti), um do Ministério
204 Público e um do Fórum das Entidades. Apresentou a proposta da Comissão de RH (através
205 da conselheira Maria do Carmo) que solicitou um representante do MDS, um do Legislativo
206 (André Quintão), um de Universidade (Ivanete Boschetti), um do Ministério Público, sendo
207 30 minutos de exposição para cada um, mais duas horas de debate. Acrescentou que a
208 Comissão de Promoção de Igualdade Racial (através da conselheira Sandra Regina
209 Ferreira Barbosa), sugeriu um representante jurídico, James Adris Pinheiro do CEDCA/MG,
210 um do Legislativo (Sérgio Miranda), um do CMAS de São Paulo, um do Ministério Público e
211 um da Sociedade Civil. O conselheiro Márcio Dutra sugeriu alguns nomes de
212 representantes de universidade, sendo: Eleonora Schettini do Departamento de Ciências
213 Políticas da UFMG, Bruno Lazarotti da Fundação João Pinheiro e Rita Coelho integrante da
214 União Nacional de Conselhos Municipais de Educação. Ao final, Márcio informou que o
215 debate foi intenso na reunião e bastante participativo e que chegaram as seguintes
216 considerações finais: para realização do Seminário será constituída uma Comissão
217 Executiva, com os seguintes conselheiros: Sandra Regina, Léa Lúcia, Márcio Dutra, Sônia
218 da SMAAS, além de Sávio pela Secretaria Executiva do CMAS que trará a proposta final,
219 tendo como formato básico: data do Seminário 03/05/06; horário 13 às 18:30 horas; um
220 representante do MDS (a escolha do MDS); Eleonora Schettini representante da
221 universidade (1ª escolha); Sérgio Miranda e André Quintão - representante do Legislativo
222 Federal/Estadual e um representante do Ministério Público. Márcio finalizou dizendo que
223 como convidados pensaram nos Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Criança e
224 Adolescente, no Conselho Nacional de Assistência Social, no Conselho Estadual de
225 Assistência Social e nos Conselhos da Região Metropolitana de BH. Terminada a
226 apresentação, a presidente Léa Lúcia sugeriu que a universidade pudesse refletir sobre o
227 momento da democracia na realidade brasileira e informou que quanto ao local de
228 realização do Seminário, que a indicação é o Teatro Marília. Em seguida, Léa passou para
229 a conselheira Edna Lúcia membro da Comissão de Normas a apresentação do último ponto
230 de pauta – Discussão e Avaliação da Renovação de Inscrição de Entidade de Educação.
231 Edna fez a apresentação da renovação do Colégio Regina Pacis da mantenedora
232 Associação Educativa e Assistencial Regina Pacis. O Colégio possui Renda Bruta de
233 R\$1.572.602,24 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$314.520,45; a gratuidade aplicada em
234 BH foi de R\$314.930,73. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os
235 seguintes serviços: Parceria com a Associação Pequeno Cristo, com Custo Anual de
236 R\$138.908,52 para custear despesas com folha de pagamento de 14 funcionários;
237 concessão de uniformes e materiais didáticos/diversos, Custo Anual R\$12.000,00; Custo de
238 Administração do Colégio Regina Pacis/Parceria, Custo Anual R\$62.137,65 e Concessão
239 de Bolsa de Estudo para 25 alunos, Custo Anual de R\$101.884,56. Edna concluiu dizendo
240 que o parecer da Comissão de Normas é favorável. Logo após, o Secretário Executivo do
241 Conselho, Domingos Sávio de Araújo esclareceu a plenária que acompanhou os
242 desdobramentos da justificativa de gratuidade do Colégio. Sávio esclareceu que em relação
243 ao Custo de Administração, o Colégio apresentou quais foram os critérios usados, sendo
244 que constituem outros serviços desenvolvidos pelo Colégio além da parceria. Terminada a
245 apresentação foi colocada em votação e aprovada a renovação com 22 votos a favor. Ao
246 final da plenária, Léa Lúcia informou que acontecerá no dia 20/04/06 uma Audiência Pública
247 na Assembléia Legislativa organizada pela Comissão de Participação Popular que discutirá
248 a versão preliminar da NOB – RH e que o Conselho participará da mesa contribuindo para a

249 discussão da NOB – RH. Léa informou também que acontecerá no dia 12/05/06 a 3ª
250 jornada dos Trabalhadores da Assistência Social e que na oportunidade será feito um
251 debate sobre a NOB – RH, que discutirá a Política de Recursos Humanos no Sistema Único
252 de Assistência Social – SUAS. Nada mais havendo a tratar, eu Sandra Regina Ferreira
253 Barbosa, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a
254 presente ata. Belo Horizonte, 12 de abril de 2006.